

*Assemb Const*

# Sai na quinta-feira a comissão constitucional

## AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney assinará esta semana o ato de formação da comissão constitucional, que preparará os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A lista com os nomes dos integrantes do grupo será divulgada na quinta-feira pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra, que ontem debateu o assunto com Sarney. O presidente da comissão será mesmo o jurista Afonso Arinos, convidado pessoalmente para a tarefa por Tancredo Neves.

A lista de nomes deixada por Tancredo e as outras sugestões apresentadas por Arinos estão sendo examinadas por Sarney. O jornalista Mauro Santayana, mantido como relator da comissão, prevê que o presidente também fará suas próprias indicações, mas o grupo não deverá ter mais do que 35 integrantes. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) cogitado por Tancredo para ser o secretário do grupo, deve deixar esta missão, para dedicar-se à campanha pela Prefeitura de São Paulo.

Já o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), comentando em **Porto Alegre** a mensagem presidencial que propõe a convocação da Constituinte, assinalou que, se ela não for alterada pelo Planalto, pretende apresentar emenda para aperfeiçoá-la. A seu ver, um dos itens que necessita nova definição é o que trata da participação na Assembleia dos senadores eleitos em 1982.

O parlamentar acha que a melhor maneira de esclarecer a questão é realizar um plebiscito em cada Estado, junto com as eleições de novembro de 86. Ele se mostrou contrário à idéia do líder do PFL no Senado, senador Carlos Alberto Chiarelli, que propõe um plebiscito genérico para validar a participação de todos os senadores com mandato até 1990. "Isto seria apenas um referendo. A situação de cada um desses senadores deve ser resolvida especificamente em cada Estado, o que dará uma significação especial ao 'sim' ou 'não' do plebiscito", defendeu Pinheiro.

Também na capital gaúcha, o vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Lélío Souza, disse ser evidente que o novo governo federal está cumprindo todos os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, o que permite supor a manutenção da Aliança Democrática. Para ele, o novo governo registrou "extraordinários avanços" no plano político, como o restabelecimento do princípio das diretas em todos os níveis; a implantação da representação política do Distrito Federal; a convocação da Constituinte; e a reforma eleitoral e partidária. No plano econômico, Lélío Souza mencionou a luta contra a inflação, o novo índice do salário mínimo e a decisão sobre os reajustes do BNH.

O ex-líder do PDS na Câmara, deputado Nelson Marchezan, ao contrário, acha que o governo da Nova República, até agora, apenas abordou parcialmente as principais questões nacionais, sem dar a elas nenhuma solução definitiva: "Veja-se os problemas da reforma agrária, do BNH, das dívidas externa e interna, da inflação. Eles forma apenas levantados pelo governo, mas as grandes decisões ainda não vieram".

Segundo Marchezan, mesmo as medidas que permitiram uma redução dos índices inflacionários "são de curta duração", pois não atacam as raízes do problema. O deputado disse ainda que a decisão "mais drástica" do governo até agora foi a de cortar os gastos das estatais. "Mas não sabemos qual será a extensão dos seus efeitos. Já podemos, de todo modo, prever a redução do nível de emprego, pela diminuição do ritmo das obras públicas", acrescentou.

## Mensagem será lida em agosto

### BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A mensagem do governo que convocará a Assembleia Nacional Constituinte, já corrigida com a mensagem aditiva encaminhada na semana passada, será lida no dia 6 ou 7 de agosto, segundo revelou ontem, em Brasília, o presidente do Congresso, senador José Fragelli. A leitura da proposta no começo de agosto tornou-se possível por causa da remessa, pelo Palácio do Planalto, dessa emenda aditiva, que pede prioridade para seu recebimento.

As leituras de mensagens, em sessões conjuntas, são feitas geralmente no meio ou no fim da semana. A idéia era incluir a leitura da proposta governamental no dia 1º ou 2 de agosto, mas as duas datas já estão ocupadas com outras propostas que não puderam ser lidas no final de junho.

Segundo acrescentou Fragelli, faltará apenas decidir em qual das duas sessões conjuntas a mensagem governamental será oficialmente recebida, para que passe, a partir daí, a tramitar pelo Legislativo.

Na mesma sessão em que for recebida a proposta, será constituída a comissão feita de deputados e senadores, correndo o prazo de oito dias, após a sua instalação, para apresentação de emendas.

### EMENDAS

Mesmo antes de iniciada a tramitação da proposta, alguns parlamentares já se movimentam para propor alterações. O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) espera apresentar emen-

da para que os constituintes sejam eleitos por voto majoritário, independente de partido. Isso, a seu ver, facilitaria a recomposição partidária. Já o deputado Marcelo Linhares (PDS-CE) anunciou o propósito de emendar a proposta, para que na escolha dos constituintes os eleitores preencham um questionário com indagações básicas, como, por exemplo, a definição entre os regimes parlamentarista ou presidencialista, a duração do mandato do presidente, o unicameralismo ou o atual bicameralismo, além do problema da divisão territorial do País.